

2ª ATA DE ESCLARECIMENTOS REFERENTES À CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL N. 05/2016

Objeto – CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO QUE INTEGRA O LOTE RODOVIA DOS CALÇADOS.

Pela presente, a Comissão Especial de Licitação constituída pela Portaria ARTESP n. 5, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 21/01/2017 e complementada pela Portaria ARTESP n. 11, publicada em 07/02/2017, leva ao conhecimento público as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos sobre o Edital, recebidos no período entre 23/03/2017 e 28/03/2017, nos termos do disposto no subitem 4.1, “ii” do referido instrumento convocatório.

As formulações apresentadas, bem assim as respostas e esclarecimentos que se seguem, passam a integrar o processo licitatório em referência, sendo de observância obrigatória dos licitantes.

Por fim, todos os Pedidos de Esclarecimentos foram organizados por ordem cronológica. Vejamos:

Período de envio dos Pedidos de Esclarecimento: 23/03/2017 a 28/03/2017
Número de questões: Do 13º ao 42º Questionamento

13º Questionamento: “Na Concorrência Internacional 05/2016, há indicação de que as apólices de seguro garantia de licitação e executante devem ser incondicionais, o que contraria a Circular 477/13 da SUSEP. Neste sentido, podemos entender que apólices condicionais redigidas na forma determinada pela SUSEP, ou seja, respeitando o texto da Circular 477/03 serão aceitas? Além disso, não foi encontrado o Anexo XXII – Manual de Procedimentos do Edital no site da ARTESP. Poderiam disponibilizar?”

Ref.: Edital - Seguro Garantia e Anexo XXII – Manual de Procedimentos

RESPOSTA DA COMISSÃO: A regulação do setor em vigor será observada, sendo vedada a inclusão de qualquer condicionante ou rito para a execução da apólice além das estritamente legais e emanadas do órgão regulador brasileiro competente. O Manual de Procedimentos, Anexo XXII do Edital, já foi disponibilizado no site da ARTESP, conforme 1º Comunicado referente à Concorrência Pública Internacional nº 05/2016, veiculado no dia 23/03/2017.

14º Questionamento: “Conforme estabelecido no item 3.2.1.e – Pavimento, (e) condições de ruído ao rolamento (folha 75 de 99), do Anexo 6 – Serviços correspondentes às funções de conservação, do Edital de Concorrência Internacional Nº 05/2016, o critério de aferição de ruídos se aplica a todas as vias existentes, antes da conclusão do primeiro ciclo de conservação especial do pavimento. Estamos entendendo que este critério se aplica às vias existentes no SISTEMA REMANESCENTE e no SISTEMA EXISTENTE na data da primeira intervenção de conservação especial. Está correto nosso entendimento?”

Ref.: Edital e Anexos. Item 3.2.1. e - Pavimento (e) condições de ruído ao rolamento (fls. 75/99), do Anexo 6 - Serviços Correspondentes às Funções de Conservação, do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não está correto este entendimento. Os critérios de avaliação estão descritos no Anexo 6, item 3.2.1, Parâmetros Mínimos Exigidos, alínea “e”, se aplicando tanto para o SISTEMA EXISTENTE quanto para o SISTEMA REMANESCENTE, a partir da assunção dos respectivos Sistemas.

15º Questionamento: “Em observância ao Decreto estadual 52.658/08, entendemos que as procurações a serem apresentadas pelos Licitantes não necessitarão de firmas reconhecidas em cartório. Está correto esse entendimento?”

Ref.: Item 10.8, do Edital.

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento está correto.

16º Questionamento: “Ao se imputar à Concessionária a responsabilidade pelo atendimento das condicionantes das licenças e autorizações previstas no processo de licenciamento ambiental, incorre-se em um risco não gerenciável pela Concessionária, sendo que a atribuição desse risco à empresa prejudica o ambiente regulatório, ao impor ao proponente a obrigação de precificação de um custo futuro incerto e decorrente de atos alheios à sua responsabilidade. Cumpre salientar a notória diferenciação nos procedimentos adotados pelos órgãos ambientais na expedição da relação das condicionantes ambientais, majorando sobremaneira o rol de exigências quando a licença deve ser obtida

diretamente pela Concessionária, e não pelo Poder Concedente. Por conseguinte, solicitamos que a responsabilidade pelo atendimento das condicionantes ambientais permaneça a cargo da Concessionária, conforme previsto na Subcláusula 16.1.xxvi, porém até um montante limite expresso em verba a constar de subcláusula adicional a ser inserida no Contrato. Caso esse montante seja ultrapassado, proceder-se-á à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.”

Ref.: Contrato. Subcláusula 16.1. "XXVI"

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não acatado. Não se trata de esclarecimento, mas de mudança da Minuta de Contrato.

17º Questionamento: “Considerando o disposto na Subcláusula 19.1, “ii”, entendemos que não são risco da Concessionária eventuais atrasos decorrentes da não obtenção de aprovações, licenças, autorizações ou permissões de autoridades municipais, estaduais ou federais por fato não imputável à Concessionária, especialmente quando os prazos de análise do órgão ambiental responsável pela emissão desses instrumentos ultrapassarem as previsões legais. Está correto nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Subcláusula 19.1, "ii"

RESPOSTA DA COMISSÃO: A Concessionária não será responsabilizada por inexigibilidade de conduta diversa, conforme previsto no Anexo XI do Contrato.

18º Questionamento: “A Subcláusula 22.3.1 dispõe que "Na ocorrência de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO decorrentes de atrasos ou antecipações dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou no pagamento da OUTORGA FIXA, a recomposição será realizada levando-se em

consideração os valores atribuídos aos investimentos, bem como a Taxa Interna de Retorno estabelecida no ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA". Solicitamos esclarecer, nesse caso específico, como se dará a recomposição devido à "Perda de Receita" pela não aplicação da Requalificação Tarifária, no caso de atraso desses investimentos, por motivos não imputáveis à Concessionária."

Ref.: Contrato. Subcláusula 22.3.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não há direito à requalificação tarifária antes da conclusão da duplicação do trecho, conforme item 4.2.1 do Anexo IV do Contrato. O evento de desequilíbrio deve ser caracterizado de acordo com o quanto disposto na cláusula 21. Constatados o evento de desequilíbrio e a eventual variação de receita decorrente da não requalificação tarifária, os impactos financeiros positivos e negativos serão considerados em eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da cláusula 22.1.

19º Questionamento: "A Subcláusula 23.3.1 estabelece que a "ARTESP somente poderá se utilizar da extensão do PRAZO DA CONCESSÃO como meio para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a partir do terceiro ciclo de REVISÕES ORDINÁRIAS [...]". A Subcláusula 22.4.5 versa sobre os procedimentos a serem adotados nas hipóteses de recomposição do equilíbrio do contrato por meio de prorrogação de prazo, com a metodologia para a aferição de receitas e despesas para o prazo estendido. A Subcláusula 22.4.1 é omissa quanto aos procedimentos a serem adotados para os "fluxos de caixas das receitas marginais" para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato na ocorrência de Eventos de Desequilíbrio anteriores ao terceiro ciclo de revisões Ordinárias. Desse modo, solicitamos esclarecer de que forma serão calculadas as receitas marginais na recomposição mencionada na Subcláusula 22.4.1."

Ref.: Contrato. Subcláusulas 22.4.1, 22.4.5 e 23.3.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: Tal metodologia aplica-se não apenas à recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação de prazo, mas também a outras formas de reequilíbrio (revisão da tarifa e valor de outorga) nos termos das cláusulas 22.3.2 e 22.4 do CONTRATO.

20º Questionamento: “Entendemos que o termo aditivo e modificativo que incluirá novos investimentos e, simultaneamente, estabelecerá o mecanismo para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, previsto na Subcláusula 24.18, deverá ser celebrado previamente ao início da execução dos novos investimentos, intervenções e adequações pela Concessionária. Está correto esse entendimento?”

Ref.: Contrato. Subcláusula 24.18

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento está correto.

21º Questionamento: “Solicitamos a exclusão da Subcláusula 38.3, dado que a aplicação das sanções aos Controladores da SPE viola princípios que regem a Administração Pública, como o da razoabilidade e da culpabilidade, sendo que uma penalização não pode exacerbar a figura jurídica o penalizado. É inconteste que os Controladores e a Concessionária possuem personalidades jurídicas diversas e inconfundíveis e que as normas restritivas de direito devem ser interpretadas restritivamente, e não ampliativamente.”

Ref.: Contrato. Subcláusula 38.3

RESPOSTA DA COMISSÃO: O item não trata de esclarecimento, mas de mudança na Minuta do Contrato.

22º Questionamento: “Na página 8 do Anexo 03 do Contrato, item 1.2 (ii) b, consta a disposição: "Caso a nota atribuída seja 0 (zero), o percentual que corresponde ao respectivo Indicador de Desempenho deverá ser subtraído do percentual total correspondente [...]". Solicitamos alteração em tal redação para: "Caso a nota atribuída seja 0 (zero), o percentual correspondente ao respectivo Indicador de Desempenho não será computado na apuração do percentual total do CSP". Essa alteração na redação se faz necessária, pois a "subtração" do percentual caracteriza dupla penalização à Concessionária.”

Ref.: Contrato. Anexo 03, Item 1.2 (ii) b

RESPOSTA DA COMISSÃO: Restringe-se a nota atribuída aos serviços prestados.

23º Questionamento: “O item 1.2 dispõe que: "As atividades fiscalizadoras terão como escopo a verificação do cumprimento dos Indicadores de Desempenho apresentados nos quadros seguintes, conforme as regras estabelecidas no presente ANEXO". Por analogia ao disposto nos itens 2.2 e 2.3 do Anexo 11 (Penalidades), é correto o entendimento que as atividades fiscalizadoras afastarão da apuração mensal dos diversos CSPs as não conformidades configuradas como: (i) Força Maior; (ii) Caso Fortuito e (iii) Inexigibilidade de Conduta Diversa quando o não atendimento não ocorreu por culpa da Concessionária, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso)?”

Ref.: Contrato. Anexo 03, Item 1.2

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento não está correto.

24º Questionamento: “Desde a implantação do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, o DER/SP e a ARTESP classificam as tarifas da seguinte forma: (i) Tarifa Unidirecional, quando a cobrança dos usuários se dá em ambos os sentidos da rodovia e (ii) Tarifa direcional, quando a cobrança dos usuários se dá em apenas um dos sentidos da rodovia. Entretanto, nos itens 4.2, 4.2.1 e 4.4 do Anexo 04 deste lote de concessão, dispõe-se que a tarifa a ser cobrada dos usuários será do tipo "bidirecional", com cobrança nos dois sentidos da rodovia. Favor esclarecer o novo conceito de "tarifa bidirecional".

Ref.: Contrato. Anexo 04, Itens 4.2, 4.2.1 e 4.4

RESPOSTA DA COMISSÃO: Por tarifa bidirecional entende-se que a cobrança das tarifas em cada praça de pedágio será realizada nos dois sentidos, computando-se, a cada praça, somente o TCP do sentido da cobrança.

25º Questionamento: “Entendemos que, na hipótese de antecipação da conclusão da duplicação de um determinado trecho previsto no Plano Original de Investimentos, antes da data prevista para o próximo reajuste, aplicar-se-á automaticamente a Requalificação Tarifária (tarifa quilométrica de pista dupla) à praça de pedágio implantada no trecho respectivo. Está correto o nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Anexo 04, Item 4.2.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: A Requalificação Tarifária será aplicada quando preenchidos os requisitos do item 4.2.1, do Anexo IV, do Contrato, bem como o disposto nas Cláusulas 24.4 e seguintes da Minuta de Contrato, independentemente da data do reajuste.

26º Questionamento: “No reajustamento das tarifas quilométricas das Fórmulas 2 e 3 constantes da página 10 do Anexo 04, está sendo computado um período de apenas 10 meses para o respectivo reajuste anual, sendo que o correto seria retroagir também em 2 meses o IPCA do denominador da fórmula, ou seja, IPCA referente a janeiro/2016. Está correto nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Anexo 04, Item 4.6

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento não está correto.

27º Questionamento: “O item 4.6.2 dispõe que a Fórmula 4 será utilizada até a conclusão da implantação do Plano Original de Investimento. Tendo em vista que o POI abrange obras para o período de 30 anos da concessão, entendemos que o correto seria utilizar a Fórmula 4 somente até a "conclusão das obras de ampliação que integram o POI". Está correto o nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Anexo 04, Item 4.6.2

RESPOSTA DA COMISSÃO: Até a conclusão dos investimentos de ampliação previstos no POI, será utilizada a Fórmula 4 do Anexo IV do Contrato.

28º Questionamento: “O quarto “Considerando” da minuta de Acordo Tripartite menciona que “seus acionistas [da Concessionária] estão obrigados a

respeitar, bem como a adotar todas as medidas que se façam necessárias ao cumprimento das obrigações aqui convencionadas". Uma vez que os acionistas da Concessionária não se confundem com a própria Concessionária, sendo que tais empresas têm, cada uma delas, suas próprias personalidades jurídicas, entendemos que os acionistas da Concessionária não se obrigam em nome dos terceiros signatários do Acordo Tripartite por obrigações da Concessionária, e não deles próprios, inclusive porque sequer serão parte de tal instrumento jurídico, se vier a ser assinado (nem tampouco do Contrato de Concessão em si). As obrigações dos acionistas da Concessionária perante esta empresa limitam-se àquelas que lhes dizem respeito na condição de acionistas, de acordo com a legislação vigente. Está correto esse entendimento?"

Ref.: Contrato. Anexo 08, Acordo Tripartite - "Considerando"

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento está correto.

29º Questionamento: "A Cláusula 22.3.1 menciona que "Na ocorrência de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO" decorrentes de atrasos ou antecipações dos investimentos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS ou no pagamentos da OUTORGA FIXA, a recomposição será realizada levando-se em consideração os valores atribuídos aos investimentos, bem como a Taxa Interna de Retorno estabelecida no ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA ". Pergunta-se: a) A regra estabelecida nesta cláusula vale para todos os investimentos que integram o Plano Original de Investimentos e o EVTE (Anexo 21) ou somente para os investimentos relativos às "obras de duplicações"? b) Por ocasião da 1ª Revisão Ordinária Quadrienal, caso alguns investimentos integrantes do Plano Original de Investimentos continuem a integrar também o Plano de Investimentos decorrente de tal revisão, o

Cronograma Físico-Financeiro será preenchido com os valores originais do EVTE ou estes investimentos serão orçados pela concessionária e submetidos à prévia aprovação da ARTESP?”

Ref.: Contrato. Subcláusula 22.3.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: a) Para todos os investimentos do POI; b) No caso de não alteração do escopo, mantêm-se os valores do EVTE.

30º Questionamento: “Com vistas à isonomia das propostas a serem ofertadas, solicita-se os seguintes esclarecimentos para o Sistema de Iluminação em Núcleos Urbanos lindeiros às rodovias: a) Eventuais necessidades de implantação, complementação, conservação e manutenção do Sistema de Iluminação estarão a cargo da concessionária? b) As despesas relativas ao consumo mensal de energia estarão a cargo da concessionária ou do Poder Municipal?”

Ref.: Contrato. Anexo 06 - Item 1.1.9 e Anexo 07- Item 3.3.14

RESPOSTA DA COMISSÃO: a) O entendimento está correto; b) Da Concessionária.

31º Questionamento: “Na redação do item 3.2.1 (Pavimento), no 3º parágrafo menciona-se que"... Os projetos serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA de acordo com DIRETRIZES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS DE CONSERVAÇÃO ESPECIAL DE PAVIMENTO – ARTESP PO-DIN-050 e normas vigentes,...” Entretanto, em substituição à PO-DIN-050 citada, em 02/01/2013, foi editada pela ARTESP a Instrução de Projeto referente a Conservação Especial de Pavimento - IP-DIN-09, onde está previsto em seu

item 7 - DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES que, "os Projetos de Conservação Especial de Pavimento deverão sempre contemplar o recobrimento integral do pavimento da pista, inclusive acostamentos, trevos, marginais e acessos sob jurisdição da Concessionária adjacentes aos segmentos objetos das intervenções". Tendo em vista as diferentes soluções apontadas nos programas de manutenção de pavimentos elaborados pela concessionária, torna-se desnecessária a recuperação de faixas ou trechos que atendam aos padrões requeridos neste Anexo. Assim, entendemos que não se aplica o disposto na IP-DIN-09 no que concerne à obrigatoriedade de recobrimento integral do pavimento da pista. Está correto nosso entendimento?"

Ref.: Contrato. Anexo 06 - Item 3.2.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não está correto o entendimento. Os projetos de conservação especial de pavimento deverão sempre contemplar o recobrimento integral do pavimento da pista, inclusive acostamentos, trevos, marginais e acessos sob jurisdição da Concessionária, adjacentes ao segmentos objetos das intervenções, até os limites da faixa de domínio.

32º Questionamento: "No Item 3.2.4 (c) não é feita referência à IP.DIN/003 de 27/02/2014 da ARTESP sobre Dispositivos de Contenção Viária – Projeto e Aplicações. Este documento define no item "7.1 Trechos em obras", o padrão dos dispositivos de proteção a serem usados para proteção dos operários e dos equipamentos nas obras executadas na faixa de domínio. Essa instrução permite o uso de barreiras pré-moldadas de concreto ou barreiras metálicas portáteis desde que providas de dispositivos de solidarização entre as peças, não sendo permitindo o uso de peças pré-moldadas isoladas (malotes).

Pergunta-se: os licitantes deverão considerar nos orçamentos das obras de ampliação e conservação especial as instruções contidas na IP.DIN/003?"

Ref.: Contrato. Anexo 06 - Item 3.2.4. (c)

RESPOSTA DA COMISSÃO: Sim.

33º Questionamento: “O documento que integra o Anexo 07 menciona como deverão ser devolvidos os veículos, equipamentos e sistemas operacionais ao término da concessão; entretanto, é omissa quanto às condições de devolução dos veículos, equipamentos e sistemas operacionais do Sistema Remanescente, por ocasião do Termo de Transferência do Sistema Remanescente. O documento "Anexo 10 do Contrato de Concessão 009/CR/1998 também não esclarece as condições de devolução pela Concessionária AUTOVIAS. Assim, com vistas à isonomia das propostas, solicita-se que sejam disponibilizados a todos os licitantes nesta fase da licitação os quantitativos atuais, bem como a estimativa de vida útil remanescente de tais veículos, equipamentos e sistemas operacionais da Concessionária AUTOVIAS, de forma individualizada.”

Ref.: Contrato. Anexo 07.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Os quantitativos de Equipamentos e Sistemas de Controle serão transferidos para a Concessionária conforme disposto no Anexo X do Edital de Licitação DER nº 018/CIC/97 e Contrato 009/CR/1998. Já veículos administrativos e operacionais deverão ser adquiridos na forma prevista no Anexo V do Contrato.

34º Questionamento: “No item 2.1 do Anexo 07 menciona-se que os projetos executivos da Implantação das Ampliações Principais deverão ser elaborados com base nas normas, instruções de projeto, portarias e padrões vigentes na ARTESP, DER/SP, DNIT, ABNT, nesta ordem. Entendemos que os projetos das Ampliações Principais deverão atender às características da Classe 1-A, conforme Instrução de Projeto do DER/SP (IP-DE-F00/001 REV A, de fevereiro / 2005) e Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais do DNER de 1999, nesta ordem. É correto nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Anexo 07 - Item 2.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: O entendimento está correto. Deverão ser também atendidas as normativas da ARTESP sobre o tema.

35º Questionamento: “Quanto aos Critérios para Adequação da Capacidade descritos no Item 3.2.1 do Anexo 07, para as situações em que a causa do problema de fluidez seja pontual dentro do segmento homogêneo ou que ocorra apenas num trecho específico deste segmento, não será necessário intervir em toda sua extensão, desde que o problema de fluidez seja solucionado. Está correto nosso entendimento?”

Ref.: Contrato. Anexo 07 - Item 3.2.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: Sim, desde que a intervenção pontual proposta resolva o problema de fluidez detectado.

36º Questionamento: “Por ocasião do Termo de Transferência do Sistema Remanescente serão transferidos à futura concessionária os quatro PGFs

existentes, implantados pela Concessionária AUTOVIAS. Entendemos que os mesmos serão transferidos com pleno atendimento às Portarias e Resolução abaixo: a) Portaria DENATRAN nº 870, de 26/10/2010, que estabelece os requisitos do sistema automático não metrológico b) Resolução CONTRAN nº 459, de 29/10/2013, referente à aferição de peso e dimensões de veículos c) Portaria INMETRO nº 47, de 22/01/2016, que estabelece a data de 01/07/2017 para atendimento integral aos requisitos do RTM (Regulamento Técnico Metrológico) dispostos nesta Portaria. Está correto o nosso entendimento?”

Ref.:Contrato. Anexo 07 - Item 3.3.2.1

RESPOSTA DA COMISSÃO: a) Sim. b) Sim. c) Sim.

37º Questionamento: “No Item 3.3.15 do Anexo 07 menciona-se que o projeto e a execução das ciclovias "deverá se basear no Manual DENATRAN/CONTRAN, no Manual de Sinalização do DER/SP e as normas da ABNT (vigentes) NBR 9050 - Acessibilidade, NBR 5101 - Iluminação Pública, BR 6971 - Segurança no Tráfego - Defensas Metálicas - Implantação, NBR 14885 - Segurança no Tráfego - barreiras de Concreto e NBR 15486 - Segurança no Tráfego - Dispositivos de Contenção Viária - Diretrizes". Os manuais e normas mencionados neste item não fazem menção à seção transversal das ciclovias. Atualmente encontram-se normatizados os procedimentos de execução e características das ciclovias em função do fluxo de ciclistas apenas os programas municipais de mobilidade de São Paulo (CET), Rio de Janeiro (PMRJ) e DAER/RS. Dada a ausência de especificações dos órgãos rodoviários ARTESP, DER/SP, DNIT e com vistas à isonomia das propostas, solicita-se que sejam disponibilizados a todos os licitantes a seção transversal mínima a ser adotada no orçamento das ciclovias.”

Ref.: Contrato. Anexo 07 - Item 3.3.15

RESPOSTA DA COMISSÃO: No momento da elaboração do projeto executivo, deverá ser estudada qual a seção mais adequada para atender ao fluxo de veículos e às condições da via e topografia. Deverão ser seguidas as diretrizes das publicações internacionais da AASHTO (American Association of State Highway and Transportation Officials), enquanto não houver normas específicas da ARTESP ou DER/SP.

38º Questionamento: "Entendemos que a redação correta do Item 4 DO CSP seria: "Obter, no mínimo, 90% da nota média anual de todas as concessionárias mensuradas na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano". Está correto o nosso entendimento?"

Ref.: Contrato. Anexo 3.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Restringe-se a nota atribuída aos serviços prestados. Por "aprovação dos Serviços Prestados pela Concessionária, na Pesquisa de Satisfação dos Usuários realizada pela ARTESP para o Prêmio Concessionária do Ano" deve-se entender obtenção de nota geral superior à 5 (cinco) (nota média da Pesquisa).

39º Questionamento: "Solicita-se que sejam disponibilizadas as informações e respectivos documentos referentes às consultas e tratativas realizadas juntas à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) que tenham por objeto o licenciamento ambiental das ampliações previstas no Edital, em especial quanto a viabilidade de licenciar as obras

unicamente por meio de Relatório Ambiental Preliminar (RAP), o que afastaria a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), bem como a obrigação de compensação ambiental.”

Ref.: Edital. 1. DO OBJETO.1.1.O objeto da presente LICITAÇÃO é a seleção da proposta mais vantajosa para a CONCESSÃO da prestação dos serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização dos investimentos necessários para a exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO constituído pelos segmentos rodoviários e rodovias de acesso descritas no ANEXO II, todos integrantes do denominado LOTE RODOVIAS DOS CALÇADOS, incluindo: i. A elaboração dos projetos necessários, a obtenção das aprovações e das licenças ambientais, assim como a realização das obras e investimentos para a viabilização da exploração do SISTEMA RODOVIÁRIO, as quais deverão ser detalhadas no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS, que deverá ser elaborado pelo LICITANTE VENCEDOR com base no regimento estabelecido no CONTRATO e, especialmente, em seus ANEXOS VI e VII;

RESPOSTA DA COMISSÃO: Tais informações estão disponíveis para consulta dos interessados no Protocolo ARTESP nº 351220, mediante pedido de vistas, no Centro de Documentação da ARTESP – CEDOC.

40º Questionamento: “Quanto ao POI a ser elaborado pela Concessionária para execução das obras de ampliação, é citado no Anexo 7 - Serviços Correspondentes às funções de ampliação - da Minuta de Contrato de Concessão que deverão ser respeitados os marcos de início e fim, bem como que os marcos intermediários são livres. Entendemos que para tais obras não é razoável estabelecer uma data de início, mas tão somente a data limite para que o trecho que recebeu as obras entre em operação, sendo que cada

proponente pode planejar a duração das atividades da maneira que lhe convém, segundo seu plano de negócios, definindo a data de conclusão e entrada em operação de cada trecho, conforme o contrato e sujeito às penalizações previstas em caso de não atendimento. Nosso entendimento está correto? Excluir do Anexo 7 - Serviços Correspondentes às funções de ampliação - da Minuta de Contrato de Concessão as exigências que impõem a obrigação de a Concessionária iniciar a obra até uma data limite, devendo permanecer tão somente o termo final para que o trecho que recebeu as obras entre em operação.”

Ref.: Anexo 7 - Serviços Correspondentes às funções de ampliação - da Minuta de Contrato de Concessão. Itens referentes ao Plano Original de Investimentos (POI).

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não está correto o entendimento. Também devem ser respeitados os marcos iniciais, e, para tal fim, a primeira etapa da obra deve iniciar no primeiro semestre do ano contratual a que se refere o marco inicial.

41º Questionamento: “Com relação ao Plano Original de Investimentos (POI) a ser elaborado pela Concessionária, é imprescindível que sejam definidos os critérios de aprovação do cronograma, uma vez que a Minuta do Contrato e seus anexos apenas estabelecem que os marcos iniciais e finais deverão ser cumpridos, sendo que os marcos intermediários são livres. É importante salientar que o não atendimento aos marcos iniciais ou intermediários impactam sobre o plano de negócios da proponente, principalmente diante da ausência de definição prévia pela ARTESP de quais serão os critérios de avaliação. É mais razoável julgar unicamente pelo desempenho da concessão, devendo tão somente ser explicitado a possibilidade de a ARTESP requerer a

antecipação da entrada em serviço de alguns dos trechos. Dessa forma, requer-se que sejam esclarecidos quais os critérios de aprovação do cronograma referente ao POI, bem como definidos quais os trechos que a ARTESP tem eventual interesse em antecipar a entrada em serviço.”

Ref.: Anexo 3 - Indicadores de Desempenho nos serviços prestados e descontos por atraso ou inexecução das etapas construtivas - da Minuta de Contrato de Concessão Anexo 7 - Serviços Correspondentes às funções de ampliação - da Minuta de Contrato de Concessão. Anexo 3 da Minuta de Contrato de Concessão– p.11. “O DESCONTO POR ATRASO (DA) mede o desempenho da Concessionária no que tange ao fiel cumprimento do cronograma de implementação das obras de ampliação sob sua responsabilidade. O avanço das obras e marcos previstos no PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTO (POI) será constantemente fiscalizado pela ARTESP, ou por quem esta indicar. O DESCONTO POR ATRASO considerará o atraso acumulado na execução do cronograma de obras do POI e será apurado anualmente para fins do cálculo da RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, conforme regramento estabelecido no Anexo IV. Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão– p.7. A aprovação do Plano Original de Investimentos (POI) se dará após a apresentação do documento por parte da Concessionária e a análise deste por parte da ARTESP até a data marcada para a assinatura do Contrato (prazo mínimo de 7 dias úteis para análise do documento). As condições para sua aprovação são: (i) a Concessionária deverá considerar todos os investimentos obrigatórios e (ii) deverão ser respeitados os marcos iniciais e finais estabelecidos neste Anexo, sendo que a disposição dos marcos intermediários será de livre disposição da Concessionária. O Plano Original de Investimentos, a ser apresentado pela Adjudicatária, deverá conter detalhamento do cronograma de cada um dos investimentos planejados, respeitando os prazos iniciais e finais apresentados neste anexo, e apresentando cada uma das atividades intermediárias que deverão ser

empreendidas pela CONCESSIONÁRIA para conclusão de cada uma das etapas necessárias à conclusão de cada Investimento Inicial e o avanço físico esperado. Os marcos intermediários de cada etapa construtiva deverão ser dispostos no cronograma em periodicidade, pelo menos, semestral. O Plano Original de Investimentos será vinculante para a CONCESSIONÁRIA. Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão – p.53 - QUADRO – DIRETRIZES PARA PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS.]

RESPOSTA DA COMISSÃO: Na verificação da conformidade do POI será verificada unicamente a presença de todos os investimentos listados no quadro de diretrizes para elaboração do POI constante do Anexo 7, bem como devem ser respeitados os marcos iniciais, e, para tal fim, a primeira etapa da obra deve ser iniciada no primeiro semestre do ano contratual a que se refere o marco inicial.

42º Questionamento: “O Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão estabelece os anos da concessão nos quais deverá ser realizado o recapeamento da rodovia. Destaca-se que, segundo a definição constante no Anexo 6 da Minuta de Contrato de Concessão, o recapeamento se enquadra como: “conservação/manutenção especial”, sendo que este Anexo estabelece os parâmetros de desempenho do pavimento. As obras de conservação e manutenção especial devem ser previstas segundo parâmetros de desempenho claramente definidos no contrato e, no caso do pavimento, segundo a sua vida útil. Não tem sentido antecipar um recapeamento se a vida útil do pavimento não está comprometida, ou seja, ainda cumpre com os parâmetros de desempenho estabelecidos e aferidos anualmente. Da mesma forma, não faz sentido a rodovia receber intervenções no PII nos 6 meses iniciais, bem como que já seja iniciada uma obra de recapeamento logo no ano

2 da concessão. Também não há base técnica em se estabelecer os anos, já que a vida útil do pavimento será determinada nos termos constantes no projeto e pela abrangência e intervenção que a Concessionária adotará no PII e PAI, o que enseja a manutenção de rotina, cujos procedimentos executados podem abreviar ou prolongar a vida útil do pavimento. Outra variável que pode interferir na vida útil é a demanda, a qual pode ser maior ou menor do que a adotada no dimensionamento dos pavimentos. Acrescenta-se, ainda, que há uma contradição entre exigir as intervenções para atender aos padrões de desempenho - conforme indicado na p. 67 do Anexo 6 da Minuta de Contrato de Concessão - e obrigar a fazer intervenções em períodos fixos e predefinidos independentemente do nível de serviço e desempenho da rodovia (Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão –p.58). A cláusula 3.4 do Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão indica que o não cumprimento dos prazos do quadro de diretrizes para plano original de investimentos gerará a aplicação dos fatores de desconto por atraso e as penalidades estabelecidos por contrato. Essas previsões constantes na Minuta do Contrato de Concessão e em seus anexos levam a situações absurdas, por exemplo, a realização da duplicação de um trecho da SP 255 no ano 7 e a obrigação contratual de recapear esse trecho no ano subsequente. Logo, é imprescindível que a Minuta do Contrato de Concessão e seus anexos diferenciem o que é trecho existente e o que é trecho duplicado. Diante das razões expostas, requer-se que sejam excluídas as obrigações de recapeamento nos anos previstos no Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão, com a finalidade de que a obrigação de recapeamento esteja vinculada exclusivamente a parâmetros de desempenho e qualidade”.

Ref.: Anexo 6 - Serviços Correspondentes às Funções de Conservação - da Minuta de Contrato de Concessão. Anexo 7 - Serviços Correspondentes às funções de ampliação - da Minuta de Contrato de Concessão. Anexo 6 da Minuta de Contrato de Concessão - p.67: “A CONCESSIONÁRIA deverá

elaborar programa, com estudos detalhados e projetos executivos, em conformidade com o previsto em seu PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS e demais PLANOS DE INVESTIMENTOS. Nesse programa, os prazos para a execução de intervenções de conservação especial dos diversos segmentos de rodovia do lote, durante todo o Prazo da CONCESSÃO, deverão ser estabelecidos de modo a atender aos padrões e especificações exigidos no presente Edital.” Anexo 6 da Minuta de Contrato de Concessão- p.68: “O intervalo mínimo entre intervenções de conservação especial será de 5 (cinco) anos.” Anexo 7 da Minuta de Contrato de Concessão – p.58 - QUADRO – DIRETRIZES PARA PLANO ORIGINAL DE INVESTIMENTOS.

RESPOSTA DA COMISSÃO: Não acatado. Não se trata de pedido de esclarecimento, mas de mudança da Minuta do Contrato. As propostas devem ser elaboradas considerando-se os investimentos previstos no Quadro de Diretrizes para elaboração do Plano Original de Investimentos. Eventual alteração dos investimentos ali listados será objeto de reequilíbrio contratual.

OBSERVAÇÃO

No **Protocolo ARTESP nº 349.547/17 - SIC** - Sistema de Informações ao Cidadão - foi respondido o seguinte pedido de informação:

(i) “Gostaria de solicitar os dados de tráfego das praças existentes da AUTOVIAS até o final de 2016 ou o mais recente possível”.

No **Protocolo ARTESP nº 351.317 – SIC** - Sistema de Informações ao Cidadão - foi respondido o seguinte pedido de informação:

(i) “Com a finalidade de realizar um estudo de tráfego mais adequado e preciso, que melhor atenda aos interesses do Poder Concedente, solicitamos, a esta D. Comissão de Licitação, o envio de informações adicionais de tráfego, atinentes a todo período das concessões SPVias; Rodovias do Tiete; Viarondon; CART; Centrovias; Colinas; Transbrasiliana; Intervias; Autovias; Tebe; Triângulo do Sol; e Vianorte, abrangendo os anos (com a inclusão dos meses, dias e horas) de concessão (até o ano de 2016), e compreendendo, mas não se limitando às seguintes características: praças de pedágios, localização, sentido da via, tipo de veículos, dentre outros.”

No **Protocolo ARTESP nº 351.220 - SIC** - Sistema de Informações ao Cidadão- foram respondidos os seguintes pedidos de informações:

(i) “dados referentes a estrutura de pavimento existente na malha da Autovias (trecho remanescente), para que possamos avaliar futura intervenções, tais como manutenções e eventuais reforços ao longo da concessão. Solicitamos que sejam informados os dados de estrutura da pista existente e das intervenções e ampliações realizadas pela Autovias ao longo da concessão.”

(ii) “os dados de dimensionamento, bem como número N, Projetos e As Built do pavimento e memória de cálculo utilizado no dimensionamento das obras de duplicação efetuadas pela Autovias na concessão do trecho remanescente.”

(iii) “os dados de ensaios dos levantamentos deflectométricos dos pavimentos, irregularidade dos pavimentos e afundamento de trilha de roda, ensaio de levantamento visual contínuo - conforme norma, tanto do trecho Remanescente sob concessão da Autovias, quanto do trecho existente sob jurisdição do DER-SP, que foram utilizados para a elaboração dos estudos disponibilizados no dataroom?”

(iv) “os relatórios elaborados pela Autovias, apresentados a Artesp, que contenham os dados e parâmetros de desempenho do pavimento (FWD, IRI, IGG, etc), bem como outros dados relevantes quanto ao trecho remanescente.”

(v) “os parâmetros e todas as memórias de cálculo e planilhas com os levantamentos das quantidades que embasaram o estudo apresentado no dataroom, 7.1.1 Relatório CAPEX - Lote Rodovia dos Calçados (Itaporanga Franca), para os itens que compõe todo o grupo do item 2 Ampliações, inclusive seus subitens. a) Solicitamos que sejam disponibilizadas as memórias das quantidades, bem como as memórias para determinação dos preços unitários de cada elemento, considerados no relatório do CAPEX.”

(vi) “os parâmetros e todas as memórias de cálculo e planilhas com os levantamentos das quantidades que embasaram o estudo apresentado no dataroom, 7.1.1 Relatório CAPEX - Lote Rodovia dos Calçados (Itaporanga Franca), para os itens que compõe o item 4.4 Programa Intensivo Inicial e o item 4.5 Programa de Adequação Inicial do Sistema Transferidos (os resultados são apresentados nos itens 4.4.9 Resultados do PII e 4.5.9 Resultados do PAI).”

(vii) “considerando que o relatório do CAPEX indica para o pavimento foi realizado um levantamento cadastral, segundo critérios visuais (ótimo, bom, regular, ruim, péssimo), e segundo estes critérios, estimaram-se as quantidades de serviços necessários para se atingir os parâmetros exigidos, solicita-se disponibilizar os relatórios dos levantamentos cadastrais executados para o pavimento, e ainda que seja esclarecido o parâmetro que correlaciona os dados do cadastro para a determinação das quantidades para os programas PII e PAI, bem como a memória de cálculo do levantamento das quantidades.”

(viii) “tráfego diário por praça e por classe tarifária de fevereiro e de março de 2017 da concessão da Autovias, com o mesmo detalhe dos dados disponibilizados entre os anexos do Edital (do início da concessão até 30 de abril de 2017 – arquivo denominado “6.3.1 Banco _de_Dados_Lot_Flor_Igar.xlsx”) e tráfego diário por praça e por classe tarifária da Vianorte de janeiro até março de 2017”;

(ix) tráfego diário por classe tarifária e por praça de pedágio da concessão da SPVIAS, do início da concessão até 31 de março de 2017;

(x) “informações e respectivos documentos referentes às consultas e tratativas realizadas junto à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) que tenham por objeto o licenciamento ambiental das ampliações previstas no Edital, em especial quanto à viabilidade de licenciar as obras unicamente por meio de Relatório Ambiental Preliminar (RAP), o que afastaria a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto-Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), bem como a obrigação de compensação ambiental.”

(xi) “Para o arquivo AUTOVIAS_ano 19.pdf, gerado pelo Sistema informatizado de Gerenciamento SIG, com data de impressão 14/03/2017, o campo Concessionária indica AUTOVIAS (até Dez/17), ou seja, solicitamos esclarecer o período das informações contidas no relatório.”

(xii) “Para o arquivo SPVIAS_ano 17.pdf, gerado pelo Sistema informatizado de Gerenciamento SIG, com data de impressão 14/03/2017, o campo Concessionária indica AUTOVIAS (até Dez/17), ou seja, solicitamos esclarecer o período das informações contidas no relatório, já que o total apresentado no arquivo SPVIAS ano 16.pdf (até Dez/2016) é de 30.957.740, e o período indicado até Dez/2017 apresenta um total de 29.524.125.”

(xiii) “Para o arquivo SPVIAS_ano 18.pdf, gerado pelo Sistema informatizado de Gerenciamento SIG, com data de impressão 14/03/2017, o campo Concessionária indica AUTOVIAS (até Fev/17), ou seja, solicitamos esclarecer o período das informações contidas no relatório, já que o total apresentado é de 2.264.890, sendo que no arquivo SPVIAS ano 17.pdf (até Dez/2017) é de 29.524.125.”

Os citados Protocolos encontram-se disponíveis para vistas e extração de cópias, por eventuais interessados, no Centro de Documentação da ARTESP – CEDOC.

Publique-se, conforme subitem 4.1.2 do Edital de Concorrência Pública Internacional ARTESP n. 05/2016.

SP, 13 de abril 2017.

KATYA MARIA RIVERO MOSCARDO

Presidente da Comissão Especial de Licitação

Tânia Gomes Lazzarini Oliveira

Andréa Barbosa Paradela da Gama

José Carlos de Moraes Rodrigues Alves

Michael Sotelo Cerqueira

Membros da Comissão Especial de Licitação